

# **FASUL EDUCACIONAL** **(Fasul Educacional EaD)**

---

**PÓS-GRADUAÇÃO**

**LIBRAS**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

---

## LIBRAS

<b>DISCIPLINA:</b> ESTUDOS LINGUÍSTICOS APLICADOS À LIBRAS
<b>RESUMO</b>
Ouvir é uma importante fonte de experiências sociais. Nenhuma incapacidade produz tantas dificuldades específicas em relação à comunicação e à linguagem do que a deficiência auditiva. Aprendemos a falar, a compreender a fala dos outros, a comunicar experiências e ideias; assim, podemos repassar o que ouvimos. Nesta disciplina veremos que é principalmente por meio da audição que adquirimos a linguagem, característica mais marcante ao ser humano. Não ter acesso à linguagem é não desenvolver em toda plenitude a capacidade linguística; é perder o direito de ser pessoa, em toda a abrangência da palavra. Os surdos estabelecem um sistema linguístico e, por meio do processamento das informações visuais-verbais, poderão acessar a simbolização e os conceitos.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS MITO: LÍNGUA DE SINAIS ÚNICA E UNIVERSAL SURDO NO BRASIL DIA NACIONAL DA LIBRAS
<b>AULA 2</b> ALGUNS CONCEITOS DE IDENTIDADE E COMUNIDADES SURDAS CULTURA SURDA EDUCAÇÃO INCLUSIVA ESCOLAS PARA SURDOS
<b>AULA 3</b> LITERATURA VISUAL PARA O ENSINO DE LIBRAS LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS DESENVOLVIMENTO DAS ETAPAS DE ENSINO DA L1 PARA SURDOS EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS
<b>AULA 4</b> COMO TRABALHAR COM SURDOS? BREVE PANORAMA DAS LEIS EM VIGÊNCIA NO BRASIL O CURRÍCULO E O DECRETO N. 5.626/2005 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E PARCERIA ENTRE PROFESSOR E TRADUTOR INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS (TILS)
<b>AULA 5</b> O SURGIMENTO DA PROFISSÃO NO BRASIL PORTARIA N. 1.679, DE 2/12/1999 – MEC – ACESSO AO ENSINO SUPERIOR, ATUALIZADA PELA PORTARIA N. 3.284, DE 7/11/2003 PRESSUPOSTOS DA INCLUSÃO A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO ALUNO SURDO
<b>AULA 6</b>

ANÁLISE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA  
POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO  
POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA  
A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRITO, K. F. S. et al. Regionalizações e variações linguísticas existentes na língua brasileira de sinais – Libras. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 63, 2011, Goiânia. Anais/Resumos... São Paulo: SBPC/UFG, 2011. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/63ra/resumos/resumos/1245.htm>.
- CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Org.). Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. Volume II: Sinais de M a Z. 2. ed. São Paulo, SP: Edusp; Imprensa Oficial; Feneis, 2001.
- CARVALHO, P. V. de. Breve história dos surdos no mundo. Lisboa: Surd'Universo, 2007.

**DISCIPLINA:**

DEFICIÊNCIA VISUAL COM ÊNFASE EM BRAILLE

**RESUMO**

A deficiência visual, no Brasil, está presente em cerca de 18% da população, de acordo com o Censo de 2010. Dentre as pessoas que compõem a população brasileira, 24% declararam ter algum tipo de deficiência, sendo que, dessas, mais de 78% têm deficiência visual, ou seja, a maior parcela de pessoas com deficiência em nosso país é composta por deficientes visuais (IBGE, 2010). Esses dados mostram um número expressivo de pessoas que necessitam de melhores condições de vida, no que se refere a acessibilidade, reabilitação, lazer ou convivência social, ou seja, há uma parcela significativa da população que precisa de atendimento na área de deficiência visual. No decorrer da história da humanidade, a deficiência foi percebida de diversas formas e as pessoas com deficiência foram, por muito tempo, excluídas da sociedade, confinadas e até mortas, por serem consideradas inaptas para o convívio social. A deficiência, caracterizada por uma alteração anormal de uma estrutura física, sensorial ou patológica, quando ocorre no sistema óptico humano, pode causar a cegueira total, ou apresentar limitações severas, evidenciando a baixa visão.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

CONCEITOS SOBRE DEFICIÊNCIA  
CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA VISUAL  
PRINCIPAIS CAUSAS DA DEFICIÊNCIA VISUAL  
DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL E NO MUNDO

**AULA 2**

O DEFICIENTE NA HISTÓRIA  
SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL  
A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL  
A EDUCAÇÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL  
INTEGRAÇÃO X INCLUSÃO

**AULA 3**

O PROCESSO ALFABETIZAÇÃO E A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL  
O SISTEMA BRAILLE  
MÃOS QUE LÊEM

A ALFABETIZAÇÃO POR MEIO DO SISTEMA BRAILLE  
MAIS RECURSOS PARA AUXILIAR A ALFABETIZAÇÃO EM BRAILLE

**AULA 4**

TECNOLOGIA ASSISTIVA

TIFLOTECNOLOGIA

RECURSOS PARA A PESSOA COM BAIXA VISÃO

RECURSOS FACILITADORES POR MEIO DA AUDIÇÃO

RECURSOS TÁTEIS – A VISÃO NA PONTA DOS DEDOS

**AULA 5**

OM – O QUE É? PARA QUE SERVE?

CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA APRENDIZAGEM DE OM

DESENVOLVIMENTO DAS OUTRAS PERCEPÇÕES PARA OM

PROGRAMAS DE OM PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

OM E EDUCAÇÃO INCLUSIVA – CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

**AULA 6**

PROGRAMA DE ESTIMULAÇÃO VISUAL

AVALIANDO A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

ESTIMULAÇÃO PRECOCE: QUANTO ANTES, MELHOR!

PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

PROGRAMA DE ESTIMULAÇÃO VISUAL

**BIBLIOGRAFIAS**

- ACSM – American College of Sports Medicine. ACSM's exercise management for person with chronic diseases and disabilities. USA: Human Kinetics, 1997.
- BRUNO, M. M. G.; MOTA, M. G. B. da. Colaboração: Instituto Benjamin Constant. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual. vol. 1, fascículos I – II – III. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001.
- BUENO, J. G. S. A educação especial na sociedade moderna: integração, segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

**DISCIPLINA:**

LIBRAS

**RESUMO**

Esta disciplina tem por objetivo servir como material didático e proporcionar ao estudante um panorama geral da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em sua materialidade linguística, através de estudos voltados para questões estruturais, e ainda, em seus diversos espaços de circulação como produto cultural.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

TERMINOLOGIAS

O QUE É LIBRAS? POR QUE LIBRAS É UMA LÍNGUA?

MARCOS HISTÓRICOS

INES: INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

AS LÍNGUAS DE SINAIS NO MUNDO E O GESTUNO

**AULA 2**

COMO SE COMUNICAR CORRETAMENTE COM OS SURDOS?  
AS IDENTIDADES SURDAS  
COMUNIDADE SURDA  
CULTURA SURDA  
O BILINGUISMO E A EDUCAÇÃO DE SURDOS

**AULA 3**

PARÂMETROS DA LIBRAS  
ALFABETO MANUAL  
NUMERAIS CARDINAIS, NUMERAIS PARA QUANTIDADES, NUMERAIS ORDINAIS  
APRESENTAÇÃO PESSOAL  
CUMPRIMENTOS

**AULA 4**

EXPRESSÕES GRAMATICAIS EM LIBRAS  
ADVÉRBIOS DE TEMPO  
DIAS DE SEMANA  
CALENDÁRIO  
QUE HORA E QUANTAS HORAS

**AULA 5**

CLIMA/NATUREZA  
PRONOMES PESSOAIS E POSSESSIVOS EM LIBRAS  
CORES  
VALORES E SISTEMA MONETÁRIO  
FAMÍLIA E RELAÇÕES DE PARENTESCO

**AULA 6**

MEIOS DE TRANSPORTES  
PROFISSÕES  
ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO BRASIL  
CODAS  
TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS E PORTUGUÊS (TILSP)

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Decreto n. 5.626. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 dez. 2005.
- HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.
- PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. de. Curso de Libras 2: básico. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2009.

**DISCIPLINA:**

SURDEZ E DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**RESUMO**

O atual contexto, tanto social quanto educacional, denota a necessidade do reconhecimento das diferenças e da diversidade. No caso das pessoas Surdas, um dos maiores obstáculos para a efetivação dos seus direitos é reconhecer a Língua e Cultura

como aspectos fundamentais na constituição desse sujeito, que, por muitos anos, foi privado da comunicação na sua Língua natural – a Língua de Sinais, de forma que os aspectos fisiológicos eram considerados em detrimentos dos sociais e culturais.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

CAUSAS E PREVENÇÕES DA SURDEZ  
SURDEZ NO MUNDO  
SURDEZ NO BRASIL  
ASPECTOS LEGAIS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

**AULA 2**

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS  
CONCEITOS, REGRAS E ESTRUTURA DA LIBRAS  
O PAPEL DA COMUNIDADE SURDA  
VIVÊNCIAS E RELATOS DE SURDOS

**AULA 3**

REGRAS DE LINGUAGEM APLICADAS NAS LÍNGUAS DE SINAIS  
BILINGUISTO  
INCLUSÃO ESCOLAR DA PESSOA SURDA  
O SURDO NO MERCADO DE TRABALHO

**AULA 4**

LEIS QUE ASSEGURAM O ACESSO DO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO  
ADAPTAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO PARA AS PESSOAS SURDAS  
ADAPTAÇÕES NA SOCIEDADE PARA PESSOAS SURDAS  
OS AVANÇOS QUE AS ADAPTAÇÕES TROUXERAM PARA A SOCIEDADE OUVINTE

**AULA 5**

RECONHECIMENTO DA SURDEZ EM PESSOAS ADULTAS  
INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO PARA PESSOAS SURDAS  
TRANSTORNOS ASSOCIADOS À SURDEZ  
O PAPEL DA FAMÍLIA APÓS O DIAGNÓSTICO

**AULA 6**

A COMUNICAÇÃO NO ATENDIMENTO À SAÚDE DE PESSOAS SURDAS  
DIREITOS GARANTIDOS POR LEI PARA PESSOAS SURDAS  
CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DA PESSOA SURDA  
SURDO OU DEFICIENTE AUDITIVO: A NOMENCLATURA CORRETA

**BIBLIOGRAFIAS**

- BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BARROS, J. P.; HORA, M. M. Pessoas Surdas: Direitos, Políticas Sociais e Serviço Social. Monografia do Serviço Social UFPE. Recife, 2009.

**DISCIPLINA:**

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA PERSPECTIVA HISTÓRICO SOCIAL  
BRASILEIRA

**RESUMO**

Falar sobre a educação especial e a educação inclusiva é sempre um grande desafio. Este tema gera grande discussão e a necessidade cada vez maior de políticas públicas em relação a investimentos na área. A educação especial e a educação inclusiva têm que assegurar o direito de todos na participação efetiva na sociedade. No Brasil temos legislações específicas e uma história marcada por avanços quando nos referimos a esse tema, mas temos a consciência de que possuímos ainda um longo caminho para buscar a superação de alguns pontos nesse aspecto.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

A EDUCAÇÃO ESPECIAL, A DIFERENÇA E A TRANSIÇÃO ENTRE INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO

DOCUMENTOS QUE ESTIMULARAM A ADOÇÃO DO PARADIGMA INCLUSIVO

A INCLUSÃO E O NOVO OLHAR SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

ALGUMAS MUDANÇAS NECESSÁRIAS NAS ESCOLAS PARA O CONTEXTO INCLUSIVO

#### **AULA 2**

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – DIRETRIZES

INCLUSÃO ESCOLAR E A RELAÇÃO COM A IGUALDADE E DIVERSIDADE

PRINCÍPIOS PARA ALCANÇAR A INCLUSÃO ESCOLAR E CONTEMPLAR A DIVERSIDADE

#### **AULA 3**

CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA E SOCIEDADE INCLUSIVA

CURRÍCULO NA ESCOLA INCLUSIVA

O MINISTÉRIO PÚBLICO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

EMPREGABILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

#### **AULA 4**

A INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A INCLUSÃO DO ALUNO COM DISLEXIA

A INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH)

#### **AULA 5**

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

DESENHO UNIVERSAL E TECNOLOGIA ASSISTIVA

VALIAÇÃO TRADICIONAL VERSUS AVALIAÇÃO INCLUSIVA

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA INCLUSIVA

#### **AULA 6**

RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

COMPOSIÇÃO E TIPOS DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

O PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE
<b>BIBLIOGRAFIAS</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• FERNANDES, S. Fundamentos para Educação Especial. Curitiba: IBPEX, 2007.</li><li>• GLAT, R. A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.</li><li>• RODRIGUES, D. Educação Inclusiva: as boas e as más notícias. In: _____. (Org.). Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade. Porto: Porto, 2006.</li></ul>

<b>DISCIPLINA:</b> POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
---

<b>RESUMO</b>
---------------

Para falar de políticas públicas de saúde, é de fundamental importância que estudemos a origem do cuidado, as motivações para que ele aconteça e como a responsabilidade do cuidado se estabeleceu de forma oficial, tornando-se uma tarefa do estado, até que se expressasse na forma como conhecemos e denominamos hoje de políticas públicas de saúde. Vivemos, atualmente, uma onda de questionamentos a esse respeito em razão das recentes ondas migratórias, sobretudo de pessoas empobrecidas pelas guerras ou catástrofes, que buscam desesperadamente por outros locais onde possam viver com um pouco mais de segurança. As sociedades mais desenvolvidas no contexto social se manifestam de diversas maneiras, ora acolhendo, ora rejeitando os refugiados. No meio desta ambivalência de sentimentos, repete-se a pergunta que vem sendo feita desde os primórdios da organização da sociedade: De quem é a tarefa de cuidar? Esta disciplina nos levará a uma melhor compreensão das prioridades estabelecidas pelos governos e também como podemos contribuir para um cuidado melhor executado e mais justo.

<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
------------------------------

**AULA 2**

O VAZIO ASSISTENCIAL  
SANITARISMO CAMPANHISTA  
PERÍODO MÉDICO ASSISTENCIAL PRIVATISTA  
O INAMPS  
O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

**AULA 3**

A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE  
A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA  
ESFS RIBEIRINHAS E FLUVIAIS  
ESF PARA AS POPULAÇÕES EXTREMAMENTE VULNERÁVEIS  
A NOVA PNAB E O DESAFIO DE QUALIFICAÇÃO DA APS

**AULA 4**

FORMATAÇÃO LEGAL DO SISTEMA  
NOB 96 – O SUS MUNICIPAL  
NOAS: 2002  
O PACTO PELA SAÚDE DE 2006  
OS TRÊS PILARES DO PACTO

**AULA 5**

OS OBJETIVOS DO MILÊNIO (ODM)  
REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL  
REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A CRIANÇA  
CONTROLE DO HIV/AIDS

**AULA 6**

O QUE É PROMOÇÃO DE SAÚDE?

A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A EQUIDADE

A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A FORMAÇÃO DAS REDES DE ATENÇÃO

A PROMOÇÃO DE SAÚDE E A CULTURA DA PAZ

A PROMOÇÃO DE SAÚDE NO BRASIL

**BIBLIOGRAFIAS**

- BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. Determinantes Sociais de Saúde. Physis: Rev. Saúde Coletiva, v. 17, n. 1, p. 77-93, Rio de Janeiro, 2007.
- MARCILIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950. In FREITAS, M. C. (Org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.
- ROSEN, G. Uma história da saúde pública. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Unesp, 2006.

**DISCIPLINA:**

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

**RESUMO**

Iremos discutir alguns aspectos históricos e conceituais acerca das tecnologias de uma forma geral, para que possamos refletir sobre as tecnologias assistivas, que se mostram como artefatos que viabilizam autonomia e acessibilidade para pessoas com deficiência. Ao tratar dessa temática, é importante pensar sobre o papel da tecnologia no nosso próprio cotidiano, na sociedade e nas diferentes culturas. Da mesma forma, é necessário compreender o quanto os recursos tecnológicos influenciam nossas vivências, nossos relacionamentos e as formas de interagirmos uns com os outros.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

O QUE É TECNOLOGIA ASSISTIVA?

BREVE HISTÓRICO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

DESENHO UNIVERSAL

**AULA 2**

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA LEGISLAÇÃO

DOCUMENTOS INTERNACIONAIS

**AULA 3**

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

AEE PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

AEE PARA ESTUDANTES COM TEA

AEE PARA ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

**AULA 4**

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E TECNOLOGIA ASSISTIVA

COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUMENTATIVA

**SISTEMAS GRÁFICOS**

**DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E SISTEMAS PARA CAA**

**AULA 5**

ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE

AUDIODESCRIÇÃO E CÃO-GUIA

PRODUTOS DE ALTA TECNOLOGIA E DEFICIÊNCIA VISUAL

TECNOLOGIA ASSISTIVA NA ÁREA DA SURDEZ

**AULA 6**

ÓRTESES

PRÓTESES E MEIOS AUXILIARES DE LOCOMOÇÃO

ADAPTAÇÕES NO COMPUTADOR

PROJETOS ARQUITETÔNICOS PARA ACESSIBILIDADE

**BIBLIOGRAFIAS**

- FELIPE, A. A. C. Reflexões sobre as mudanças sociais motivadas pelo desenvolvimento tecnológico: a necessidade de instituir uma reflexão ética na utilização das tecnologias da informação e comunicação. *Biblionline*, João Pessoa, v. 8, n. 2, 2012.
- FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2010. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/>.
- GALVÃO FILHO, T. Tecnologia assistiva: favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem em contextos educacionais inclusivos. In: GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (Org.). *As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas*. Marília/SP: Cultura Acadêmica, 2012. p. 65-92.

**DISCIPLINA:**

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS, PEDAGÓGICOS E CIENTÍFICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

**RESUMO**

Ao longo da história, podemos observar diversas maneiras de entender as diferenças físicas, sensoriais e intelectuais entre as pessoas. Aspectos como costumes, crenças, cientificidade e marcos legais influenciam o entendimento do conceito de Educação Especial. Isso porque diferentes épocas produzem suas próprias interpretações do real, ou seja, a realidade do vivido se altera historicamente. Porém, temos de nos atentar para o fato de que, no âmbito das diferenças, as deficiências sempre existirão, independentemente da compreensão que determinada época ou sociedade construa acerca delas. Rodrigues e Maranhe (2010) analisam que a compreensão do outro em suas diferenças, ou o fato de que todos os seres humanos são distintos em diversos níveis significa aceitarmos a busca de opções para nos comunicarmos com interação e, concomitantemente, promovermos o desenvolvimento social coletivo.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA AO FEUDALISMO

DO ABSOLUTISMO AO PROCESSO DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NO SÉCULO XIX

O PERÍODO CONTEMPORÂNEO

TRAJETÓRIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA DO BRASIL

**AULA 2**

PREDOMÍNIO DAS IDEIAS INATAS

A PROPOSTA FILOSÓFICA DE INCLUSÃO SOCIAL DA DÉCADA DE 1990  
TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

**AULA 3**

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS  
DECLARAÇÃO DE JOMTIEN  
DECLARAÇÃO DE SALAMANCA  
CONVENÇÃO DA GUATEMALA  
DOCUMENTOS DO SÉCULO XXI

**AULA 4**

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL  
O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL  
O CONCEITO DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS  
LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: MARCOS LEGAIS

**AULA 5**

OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL SOB A INFLUÊNCIA DA MEDICINA  
O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA POR MEIO DA PERSPECTIVA DE AUTONOMIA E NORMALIDADE  
DEFICIÊNCIAS, NORMALIDADES E NORMATIVIDADES  
O CONCEITO DE METACONTINGÊNCIA  
O CONCEITO DE METACONTINGÊNCIA COMO INSTRUMENTO PARA PRÁTICA CULTURAL INCLUSIVA

**AULA 6**

HELENA ANTIPOFF E A PSICOLOGIA MODERNA  
O PROBLEMA DA CRIANÇA “EM PERIGO MORAL”  
O CONCEITO DE PEDAGOGIA DAS DIFERENÇAS  
COMO O CURRÍCULO E A FORMAÇÃO SE CONSTROEM A PARTIR DO CONCEITO DE DIFERENÇA?  
GLOSSÁRIO DE TERMOS USADOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (MEC)

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Desporto. Deficiência física: a realidade brasileira cria, recupera e discrimina. Brasília, DF, 1991.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
- SILVA, O. M. A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas, 1987.

**DISCIPLINA:**

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

**RESUMO**

Nesta disciplina abordaremos a legislação educacional do Brasil, numa perspectiva crítica da natureza das leis e do planejamento da educação brasileira na atual conjuntura. Alguns importantes conceitos serão trabalhados sobre a democratização da educação básica, como funcionam os sistemas de ensino, bem como a legitimidade dos planos em nível

nacional, referentes às políticas educacionais, considerando, nesse contexto, a atuação do Ministério da Educação (MEC) como parte do aparelho de Estado.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### AULA 1

DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NATUREZA DAS LEIS E NORMAS COMPLEMENTARES  
SISTEMAS DE ENSINO: ENSINAR E APRENDER GESTÃO DA EDUCAÇÃO  
REGULAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS  
RELAÇÕES ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

#### AULA 2

TRABALHO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO EDUCACIONAL  
FORMAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: PERSPECTIVA CRÍTICA E CONCEITOS FUNDANTES  
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) – LEI N. 8.069/1990 E SEUS DESDOBRAMENTOS EM DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA  
FORMAÇÃO OMNILATERAL NA EDUCAÇÃO

#### AULA 3

APLICAÇÃO DA LDB NA EDUCAÇÃO BÁSICA: GESTÃO DEMOCRÁTICA EM CONSTRUÇÃO  
EDUCAÇÃO INFANTIL NA LDB: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA  
ENSINO FUNDAMENTAL NA LDB9394/96  
LEI N. 13.415/2017 - O “NOVO” ENSINO MÉDIO

#### AULA 4

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB): LIMITES E AVANÇOS  
DISPOSITIVOS LEGAIS DA LDB 9394/96 RELATIVOS À AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
AVALIAÇÃO EM GRANDE ESCALA: AÇÕES DO MEC, DAS SMES, DAS SEEDS  
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA EMANCIPADORA

#### AULA 5

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE): BASES DE SUSTENTAÇÃO  
EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: COMO PROCEDER?  
METAS DO PNE 2014/2024: ENTRE A POSSIBILIDADE E A REALIDADE  
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PNE 2014/2024: RESISTÊNCIA E CONTRADIÇÕES NA ESFERA DA POLÍTICA EDUCACIONAL

#### AULA 6

BNCC PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS A PERCORRER  
OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NA BNCC: ESTRUTURA E PROPÓSITOS  
A BNCC PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: CONCEPÇÕES, LIMITES CONCEITUAIS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTORICAMENTE SISTEMATIZADO  
BNCC - RESOLUÇÃO N. 04/2018: PERCURSO DE CONSTRUÇÃO

### BIBLIOGRAFIAS

- BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. Educação e Sociedade: Revista de Ciências da Educação, São Paulo, v. 26, n. 92, p. 725-752, 2005.

- FORTUNA, M. L. A. Gestão escolar e subjetividade. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.
- MENEGOLLA, M.; SANT'ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

<b>DISCIPLINA:</b>
<b>DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO</b>
<b>RESUMO</b>
A aprendizagem é uma função que integra corpo, mente e psique, possibilitando a apropriação da realidade pelo indivíduo, de forma subjetiva. Tudo o que somos é uma soma de aprendizagens ao longo da nossa própria existência e de toda a nossa história. Cada aprendizagem foi realizada através de uma interação: seja uma pessoa que nos ensinou, um vídeo, um livro, um material didático – sempre há um mediador. O processo de aprendizagem tem no cérebro sua matriz. Várias estruturas cerebrais estão envolvidas nesse complexo evento, e diferentes aprendizados se dão em diferentes locais do cérebro, que, apesar de serem partes distintas, trabalham em uma unidade, como um sistema funcional. O cérebro é responsável por receber, decodificar e interpretar estímulos e também coordenar todas as funções cognitivas, como memória, atenção, raciocínio, emoção, linguagem, percepção etc.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> COGNIÇÃO E AFETIVIDADE O CÉREBRO E A APRENDIZAGEM TRANSTORNOS E DIFICULDADES: RECONHECENDO AS DIFERENÇAS DIFICULDADES E PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM
<b>AULA 2</b> A VISÃO DA NEUROPSICOLOGIA SOBRE A DISLEXIA CLASSIFICAÇÕES DA DISLEXIA DEFININDO O QUADRO DA DISLEXIA REPERCUSSÕES DA DISLEXIA INTERVENÇÕES EM SALA DE AULA
<b>AULA 3</b> SOBRE A DISORTOGRAFIA COMO DIFERENCIAR A DISORTOGRAFIA DA DISLEXIA? INTERVENÇÕES NO QUADRO DE DISORTOGRAFIA SOBRE A DISGRAFIA REPERCUSSÕES E INTERVENÇÕES NA DISGRAFIA
<b>AULA 4</b> DEFINIÇÃO E DIFERENÇAS DE TDA E TDAH PREVALÊNCIA E ETIOLOGIA IDENTIFICANDO O TDA E O TDA/TDAH EM SALA DE AULA AS POLÊMICAS DO TDAH INTERVENÇÕES EM SALA DE AULA
<b>AULA 5</b>

DEFININDO O ESPECTRO AUTISTA  
QUADRO CLÍNICO E SINAIS INDICADORES DE TEA  
DIFERENÇAS DE NÍVEIS DE AUTISMO: O AUTISMO LEVE (SÍNDROME DE ASPERGER)  
APRENDIZAGEM E AUTISMO  
INTERVENÇÕES EDUCATIVAS

**AULA 6**

MEMÓRIA E APRENDIZAGEM  
TRANSTORNOS DA MEMÓRIA  
PROBLEMAS EMOCIONAIS E APRENDIZAGEM  
ELUCIDAÇÕES SOBRE O DISTÚRBO DO PROCESSAMENTO AUDITIVO CENTRAL  
PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS NA SÍNDROME DE DOWN

**BIBLIOGRAFIAS**

- FONSECA, V. Cognição, neuropsicologia e aprendizagem: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica. Petrópolis: Vozes, 2017.
- LOOS, H.; SANT'ANA, R; RODRÍGUEZ, S. Sobre o sentido do eu, do outro e da vida: considerações em uma ontologia acerca da alteridade e da resiliência. In. GUÉRIOS, E.; STOLTZ, T. (Org.). Educação e alteridade. São Carlos: Edufscar, 2010.
- MAIA, H.; THOMPSON, R. Cérebro e aprendizagem. In: MAIA, H. (Org). Neurociências e desenvolvimento cognitivo. Rio de Janeiro: Wak, 2011, p.19-30.

**DISCIPLINA:**  
LINGUAGEM E RACIOCÍNIO

**RESUMO**

Iniciaremos nosso estudo sobre linguagem apresentando alguns aspectos introdutórios sobre essa área. Faremos primeiramente uma abordagem geral sobre seus conceitos básicos, construindo ao longo das aulas um escopo minucioso sobre suas propriedades mais relevantes, alinhando-as aos conceitos focados na sua aprendizagem por meio de um paradigma cognitivista, ou seja, entender os processos cerebrais relevantes à linguagem, como a aquisição da linguagem ocorre no cérebro, quais são suas áreas e suas respectivas relações com o raciocínio.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

RACIOCÍNIO  
MEMÓRIA  
A PREDISPOSIÇÃO MENTAL PARA A LINGUAGEM  
FUNÇÕES COGNITIVAS

**AULA 2**

ASPECTOS NEUROPSICOLÓGICOS DA APRENDIZAGEM HUMANA  
LINGUAGEM E COGNIÇÃO: UM ENUNCIADO INTRODUTÓRIO  
LINGUAGEM E MENTE  
PROGRAMA GERATIVISTA

**AULA 3**

OBJETO DE ESTUDO DA NEUROPSICOLOGIA DA LINGUAGEM  
NEUROLINGÜÍSTICA  
PROGRAMAÇÃO BIOLÓGICA PARA AQUISIÇÃO DE LÍNGUAS

PIAGET E VYGOTSKY: COGNITIVISMO CONSTRUTIVISTA E AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM

**AULA 4**

NEUROANATOMIA E FACULDADE DA LINGUAGEM  
ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS SOBRE A COGNIÇÃO E A LINGUAGEM  
BIOLOGIA E EVOLUÇÃO DA LINGUAGEM  
EVOLUÇÃO COGNITIVA HUMANA

**AULA 5**

O PAPEL DO SISTEMA AUDITIVO: DECODIFICANDO SONS  
REPRESENTAÇÃO MENTAL DA LINGUAGEM  
LÍNGUA COMO UM SISTEMA  
CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DA LINGUAGEM

**AULA 6**

O PAPEL DO LÉXICO NA LINGUAGEM  
BILINGUISMO E EDUCAÇÃO BILÍNGUE  
NATUREZA SOCIAL DA LINGUAGEM E COGNIÇÃO  
NEUROCIÊNCIA E LINGUAGEM

**BIBLIOGRAFIAS**

- AMARAL, V. L. do. Psicologia da educação. Natal, RN: EDUFRRN, 2007.
- CHOMSKY, N.; MCGILVRAY, J. A ciência da linguagem: conversas com James McGilvray. São Paulo: Unesp, 2014.
- FIORIN, J. L. Introdução à linguística I: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

**DISCIPLINA:**

FUNÇÕES COGNITIVAS, SENSORIAIS E MOTORAS

**RESUMO**

Qual é a relação da motricidade com os processos do pensamento? O comportamento motor tem, diretamente, uma relação com as emoções, a afetividade, o social? A resposta assertiva para essas questões é sim. O motivo que se pode investigar é que há uma interligação do pensar e da efetividade motriz. Para Wallon (Fonseca, 2008, p.15-16), a motricidade corresponde à primeira sequência paralela e simultânea que é criada estruturalmente relacionada com o meio, e é considerada um instrumento essencial dos processos de pensamento e suas interações com a vida de um modo geral. Outro ponto importante também citado por Fonseca (2008, p. 16-17) são as fases de maturação biológica referentes ao movimento e ao pensamento, desde os meses iniciais de vida, bem como na primeira fase do bebê na qual ele passa de deitado para sentado. Posteriormente, ele evolui do sentar para o engatinhar, em seguida para o andar e o correr, mas isso ocorre de acordo com a maturação e o envolvimento do ser junto ao meio social, ou seja, há uma demanda do ambiente por meio da influência de outros humanos ou até mesmo de estímulos relacionados a objetos, como brinquedos, roupas e outros acessórios, uma vez que a criança procura se relacionar com os objetos, o que é uma sociointeração, e, assim, tem construções de pensamento. A partir disso, tem uma maturação de outros processos cognitivos, como linguagem, memória, atenção, percepção, planejamento etc.

**CONTEUDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR E O APRENDIZADO EM DIVERSOS CONTEXTOS

ASPECTOS NEUROBIOLÓGICOS DO COMPORTAMENTO MOTOR  
EMOÇÕES, AFETIVIDADE E O COMPORTAMENTO MOTOR  
PROCESSOS INTEGRADORES DA LINGUAGEM E O DESENVOLVIMENTO  
NEUROPSICOMOTOR  
PRÁTICAS PSICOPEDAGÓGICAS E PSICOMOTRICIDADE

**AULA 2**

LUDICIDADE E PSICOMOTRICIDADE  
PSICOGÊNESE, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO  
CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA DE PIAGET AO PROCESSO  
NEUROPSICOMOTOR  
APRENDIZAGEM E COORDENAÇÃO MOTORA FINA  
PLASTICIDADE CEREBRAL E COMPORTAMENTO NEUROPSICOMOTOR

**AULA 3**

PROCESSOS COGNITIVOS E COMPORTAMENTO MOTOR: PENSAR, AGIR E  
EXECUÇÃO  
BRINCADEIRA É COISA SÉRIA PARA A MENTE: QUANDO O BRINCAR CONTRIBUI  
PARA A MOTRICIDADE  
EDUCAÇÃO PSICOMOTORA E SUAS HABILIDADES MENTAIS VISUAIS  
PSICOMOTRICIDADE E FUNCIONAMENTO CORTICAL: INTEGRAÇÃO BIOLÓGICA E  
O SOCIAL  
PSICOMOTRICIDADE, PROCESSOS COGNITIVOS E NEUROFUNCIONALIDADE: A  
CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA RUSSA

**AULA 4**

NEUROPSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTO JUVENIL: UM PREPARO  
PARA AS DEMAIS FASES DO DESENVOLVIMENTO  
NEUROPSICOMOTRICIDADE, APRENDIZAGEM E ENVELHECÊNCIA  
INTERVENÇÕES PSICOMOTORAS NAS FASES DO DESENVOLVIMENTO EM  
RELAÇÃO À DEFICIÊNCIA INTELECTUAL  
TRANSTORNOS DE COORDENAÇÃO MOTORA E O APRENDER  
DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR E FORMAÇÃO DE EDUCADORES

**AULA 5**

NEUROPSICOMOTRICIDADE NO CONTEXTO FAMILIAR  
NEUROPSICOMOTRICIDADE COMO FERRAMENTA DO DESENVOLVIMENTO  
ESCOLAR  
NEUROPSICOMOTRICIDADE, DEFICIÊNCIA MOTORA E ATIVIDADE FÍSICA  
DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR NA MÚSICA  
ATIVIDADE NEUROPSICOMOTORA, CRIATIVIDADE E JOGOS

**AULA 6**

PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL E OS PROCESSOS PSICOLÓGICOS  
PSICOMOTRICIDADE E NEUROCIÊNCIAS  
PSICOMOTRICIDADE E NEUROPSICOLOGIA  
PSICOPEDAGOGIA E NEUROPSICOMOTRICIDADE

PSICOLOGIA DO COMPORTAMENTO, ADAPTAÇÃO, APRENDIZAGEM E  
PSICOMOTRICIDADE

**BIBLIOGRAFIAS**

- COSENZA, R.; GUERRA, L. Neurociência e educação. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GAZZANIGA, M. S. Ciência psicológica: mente, cérebro e comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 314 – 341.
- HOLANDA, V. N. et al. As bases biológicas do medo: uma revisão sistemática da literatura. Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia, v. 1, n. 3, 2013.